

# SINA SOCIAL CIGANA

— História, Comunidades, —  
Representações e Instituições

---

Manuel Carlos Silva e Colaboradores/as

---

Susana Silva e Maria Goreti Pinto  
José Manuel Sobral e Mariana Ramos  
Marta Barbosa e Isabel Silva  
Carla Sofia Cid e Carla Oliveira  
Susana Barbosa e Sandra Pimenta  
Fernando Bessa Ribeiro e Sílvia Gomes

---



Edições Colibri

*Biblioteca Nacional de Portugal*  
– *Catálogo na Publicação*

SILVA, Manuel Carlos, 1946-

Sina social cigana : história, comunidades, representações  
e instituições. – 1ª ed. – (Extra-colecção)

ISBN 978-989-689-283-8

CDU 316

Financiado por Projeto Estratégico  
Pest OE/SADG/UI710/2011

**Título:** Sina Social Cigana

**Autor:** Manuel Carlos Silva

**Editor:** Fernando Mão de Ferro

**Depósito legal n.º** 353 054/12

Lisboa, Dezembro de 2014

## ÍNDICE

### **Capítulo I – Introdução: problema, teoria e estratégia metódico-técnica**

1. Racismo: um tema na agenda científica, social e política ..... 13
2. Discriminação e racismo: breve síntese das (pseudo)teorias correntes ..... 17
3. Etnicidade e acção política ..... 21
4. O percurso metódico-técnico da pesquisa ..... 29

### **Capítulo II – Povo cigano na Europa e em Portugal: breve perspectiva histórica**

1. Os tempos primordiais: entre lendas e história ..... 43
2. Governamentalidade e nomadismo cigano na Europa contemporânea ..... 52
3. As políticas estatais em Portugal face aos ciganos: a história  
de uma perseguição ..... 59
4. Políticas recentes e actuais face às comunidades ciganas ..... 63

### **Capítulo III – Territórios, contextos sócio-espaciais e conflitos intrafamiliares**

1. Espaço e comunidades ..... 69
2. Os contextos locais e municipais dos estudos de caso ..... 73
3. Entre acampamentos e bairros sociais: alojamento e equipamentos  
domésticos ..... 80
4. As relações intrafamiliares e os conflitos nas comunidades ..... 96

### **Capítulo IV – Comunidade cigana: família e escola**

1. A família: local de socialização e unidade de (re)produção ..... 101
2. Ser criança cigana: a socialização básica ..... 108
3. A criança e o jovem face à escola: entre o presente e o futuro ..... 114

### Capítulo V – Rituais e crenças: do casamento à morte

1. Namoro e casamento: estratégia e ritual..... 125
2. A morte e o luto..... 138
3. Religião e religiosidade cigana: crenças e práticas sincréticas..... 144

### Capítulo VI – Modos de vida: trabalho e escolaridade

1. Economias: actividades e rendimentos das famílias ciganas ..... 152
2. Ciganos e suas profissões em contexto (semi)rural e urbano..... 162
3. Escola e baixos níveis de escolaridade:  
dos adultos à geração mais velha ..... 168

### Capítulo VII – Velhas e novas fontes de rendimento: entre a privação relativa e os ‘negócios’

1. Um presente precário e um futuro incerto ..... 177
2. Percepções de privação relativa e horizonte de baixas expectativas..... 184
3. O tráfico de droga: uma nova ‘ocupação’ ou uma oportunidade  
com ‘presente’ envenenado? ..... 190

### Capítulo VIII – Ciganos e não ciganos: representações, atitudes e práticas

1. Preconceitos e práticas discriminatórias: o caso de Oleiros-Vila Verde ..... 200
2. Percepções e representações negativas: o caso de Barcelos..... 207
3. (In)sociabilidades, tensões interétnicas e classes:  
ainda o caso de Barcelos ..... 211
4. “Nós” e “eles”: o bairro Nogueira da Silva *versus* o bairro do Picoto  
em Braga ..... 217

### Capítulo IX – Ciganos e não ciganos: representações e relações de vizinhança

1. Uma experiência inovadora: o bairro social da Atouguia em Guimarães .... 225

### Capítulo X – Ciganos e Estado: representações e práticas

1. Entre o avanço político-legal do 25 de Abril e a actual discriminação  
racial institucional ..... 248

2. Autoridades e a comunidade cigana: ilustrando com o caso  
de Oleiros, Vila Verde..... 252
3. Ciganos e crimes: breve retrato geral ..... 255
4. Do acampamento ou bairro social à prisão: experiências ciganas  
face às instituições..... 261
  - (i) Comunidades ciganas e segurança social: as assistentes sociais ..... 262
  - (ii) Ciganos e autoridades policiais ..... 263
  - (iii) Ciganos e o poder judicial ..... 268
  - (iv) Ciganos e a prisão: estigma e sofrimento ..... 273

**Algumas conclusões e recomendações** ..... 277

**Bibliografia** ..... 285

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO: PROBLEMA, TEORIA E ESTRATÉGIA METÓDICO-TÉCNICA

#### 1. Racismo: um tema na agenda científica, social e política

O tema do racismo e da xenofobia está na ordem do dia, quer em termos internacionais designadamente na Europa, quer em Portugal relativamente a determinadas minorias étnicas tais como judeus ou ciganos ou, mais recentemente, minorias nacionais imigrantes. Sobretudo nestas três últimas décadas o racismo e a xenofobia têm voltado a constituir recorrentemente problema em diversos países europeus ao ponto de os próprios governos terem prestado uma atenção especial, não só subsidiando, em larga escala, projectos de investigação sobre esta matéria,<sup>1</sup> como tomando medidas políticas e legislativas

---

<sup>1</sup> Também em Portugal, embora mais tardiamente que noutros países europeus, têm surgido alguns projectos de investigação sobre esta temática, englobando os imigrantes, alguns já com resultados, sendo de assinalar os de Saint Maurice e Pires (1989), Saint Maurice (1997), Vala *et al.* (1999), Machado (1992, 1994), Cortesão e Pinto (2005), Mendes (1998), Bastos e Bastos (1999), Silva (2000), J.F. Marques (2000 e 2013), Silva e S. Silva (2002), Casa-Nova (2002), Cabecinhas (2007), Silva e Pinto (2004), Bastos e Mendes (2012), Gomes (2011 e 2013a), Mendes e Magano (2013).

O presente livro é parte integrante de um projecto de investigação mais abrangente, submetido a concurso, aprovado e subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PCSH SOC 103/96) em 1998, o qual, interrompido por razões várias – doença, sobrecarga de funções de coordenação a nível departamental, científico e pedagógico, por parte de membros da equipa – viria a ser retomado em 2000 sob designação e programa POCTI 103/2000. Sendo um dos primeiros projectos apresentados em Portugal, os resultados do mesmo, pelas vicissitudes apontadas, entre outras, vieram a protelar-se, tendo sido possível a sua conclusão apenas em Setembro de 2006. Com a superveniência de outros projectos, nomeadamente sobre a prostituição (Ribeiro, Silva, Schouten, B. Ribeiro e Sacramento, 2007) e um outro sobre Desigualdades de Género, ambos aprovados pela FCT, para além de outras funções, os resultados deste, embora tenham dado lugar a alguns artigos (Silva e Silva 2002, Silva e Pinto 2004, Silva 2008, Silva, Sobral e Ramos 2012), só recentemente foram e estão a ser objecto de publicação (Silva e Sobral (orgs), 2014; Silva *et al.* 2014), prevendo-se mais duas publicações no próximo futuro: uma sobre os imigrantes africanos negros e uma outra sobre as representações e práticas da maioria face ao ciganos e imigrantes africanos negros. Se, por um lado, este livro é publicado

específicas a este respeito, sobretudo devido à pressão exercida pelo apoio eleitoral crescente a grupos e partidos de extrema direita. Com efeito, a constatação de fenómenos racistas e xenófobos não só tem atraído a atenção dos meios políticos mas também suscitado o debate na comunidade científica, quer a nível internacional, nomeadamente na Europa, quer, embora em menor medida, em Portugal.

Relativamente às representações dos portugueses, os resultados de um inquérito levado a cabo em Agosto de 1995 pelo *Público* e pela Universidade Católica evidenciavam que dois terços dos entrevistados importavam-se de viver perto de um acampamento de ciganos, 36,4% afirmavam ter por eles antipatia, 54% não gostariam de ver um(a) filho(a) casar-se com um(a) cigana(o), a maioria confessou haver ciganos a mais em Portugal e três quartos dos inquiridos responderam que os ciganos têm muita ou bastante tendência para “roubar”, cometer actos violentos ou “traficar droga”.

Em 1996 despoletou na freguesia de Oleiros, no concelho de Vila Verde, uma movimentação de populares, que, ainda que politicamente induzida por certas forças institucionais locais e regionais, visava expulsar da freguesia a comunidade cigana que se havia instalado num acampamento em área alegadamente não passível de construção. Tal como descreveremos, perante esta movimentação e em favor da comunidade cigana emergiram a figura do então Governador Civil e outras entidades locais e regionais. Apesar destes apoios, a comunidade cigana acabaria por ser expulsa através do mecanismo de venda quase compulsiva do terreno e respectiva compra por um conjunto de moradores, que chegaram a formar ‘milícias populares’, incluindo emigrantes pertencentes a esta freguesia.<sup>2</sup>

---

com algum desfasamento em relação à entrega do relatório em 2006, também é certo que hoje resultou mais enriquecido porque beneficiou também de outros contributos e trabalhos entretanto publicados.

<sup>2</sup> Este projecto, ainda que enquadrado no programa de investigação sobre desigualdades sociais por parte do primeiro autor deste livro, teve na sua génese como *leitmotiv* directo a perseguição desta comunidade cigana em Vila Verde, que ganhou uma especial notoriedade pública, quando uma autoridade do Estado – o governador civil de Braga Pedro Bacelar Vasconcelos – tomou uma atitude de defesa desta comunidade em vias de ser expulsa do referido município minhoto. Este acto era excepcional, pois a atitude habitual do Estado em Portugal e noutros países para com as minorias ciganas tem-se pautado pelo alheamento, ausência de apoio, quando não de perseguição aberta. Importa, porém, acrescentar que nesse período multiplicaram-se no país ‘milícias populares’ nos acessos aos acampamentos ciganos (vg Grijó, *Público* 31-05-1997; Lagos, DN 20-06-1998; Albergaria-a-Velha, *Público* 2-7-1998) e outras movimentações populares espontâneas ou induzidas de oposição ao realojamento de ciganos (bairro camarário de Sta Luzia no Porto (DN 1-1-1997); abaixo assinado de 54 moradores em Moura (*Público*, 31-1-1997); e outro abaixo assinado com 400 assinaturas em Maximinos em Braga (cf. DN 16-1-1997), em que se refere que “este tipo de gente merece viver em zonas próprias para elas, em bairros isolados e controlados, renunciando a criação do bairro do Picoto em Braga); desmantelamento de acampamentos ciganos em Matosinhos e em Coimbra (cf. *Público*

Este conflito interétnico – que atingiria o seu auge no verão de 1996 e viria a ser alvo de grande cobertura mediática televisiva e jornalística (cf. *Público*, de 15/08/96 a 16/09/96) – colocava instituições e cidadãos em dois campos opostos, não se destilando, a este respeito, convergência interpretativa em torno destes acontecimentos. Enquanto para a maioria da população de Oleiros e sobretudo dos políticos locais tais manifestações não eram racistas, chegando mesmo a acusar altos dirigentes políticos e, em particular, o Governador Civil de Braga de incapacidade para lidar com o problema – o tráfico da droga e a insegurança da população –, outros políticos e comentadores não escondiam que a maioria da população, instrumentalizada ou não, tinha manifestado no seu quotidiano e, em especial, em certos momentos críticos, atitudes e práticas racistas, questionando mesmo se certas atitudes de passividade e convívência, por parte de políticos e responsáveis institucionais, não estariam a violar os princípios do Estado de Direito. Enquanto os defensores da primeira tese invocavam amiúde que certos problemas de segurança eram atribuíveis à presença de ciganos, os segundos consideravam tais argumentos simples manobras de diversão que apenas encobriam a discriminação por violação do princípio da igualdade de tratamento e subsequente desresponsabilização de certos agentes políticos locais e regionais. Perante os dados constatados, J. M. Fernandes (1996) concluía que “os portugueses não são racistas, se ... os ciganos forem postos bem ao largo”, situação esta bastante relatada na altura em diversos jornais.

Foi tendo em conta estas representações e factos que em 1996 o primeiro autor deste livro apresentou, enquanto investigador responsável, um projecto de investigação intitulado “Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo. Um estudo das minorias de origem africana e de etnia cigana no distrito de Braga”, o qual viria a ser aprovado e iniciado em 1998-99 mas interrompido pelas razões atrás apontadas e retomado em 2001 com o novo título “Relações inter-étnicas: portugueses, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP (POCTI/SOC/103/96/2001)”, sendo o projecto concluído e entregue o respectivo relatório à FCT em Setembro de 2006.<sup>3</sup>

---

respectivamente 10-1-1997, 26-4-1997); ou realojamentos em espaços sem um mínimo de condições sanitárias e com prejuízo da saúde dos adultos e sobretudo das crianças ciganas (vg 20 crianças entre 3 meses e 13 anos sob a guarda de dois casais em Grijó no acampamento de Morracefes num cenário de lixo e droga).

<sup>3</sup> O relatório intitulava-se *Relações interétnicas: portugueses não ciganos, portugueses ciganos e imigrantes africanos* e neste colaboraram com respectivos capítulos, além de Manuel Carlos Silva como investigador responsável, da Universidade do Minho, José Manuel Sobral da Universidade de Lisboa, Veit Bader da Universidade de Amsterdão, Maria Engrácia Leandro e Rosa Cabecinhas, ambas da Universidade do Minho, cujos contributos foram publicados em M.C.Silva e J.M.Sobral (2014). Alguns resultados empíricos do referido projecto já haviam sido parcialmente publicados nalguns artigos e outros textos (Silva 2000, 2006 e 2008; Silva e S. Silva (2002), Silva e Pinto 2004; Silva, Sobral e Ramos, 2012; Silva e Gomes 2013). Além disso, foram apresentados vários

Perante os factos aduzidos e as representações expressas, tudo indica estarmos perante a (re)emergência de preconceitos raciais e formas de discriminação racial, eventualmente imbricados com processos de desclassificação e estigmatização sociais. O racismo não é, porém, um fenómeno recente, embora seja predominantemente moderno e sobretudo contemporâneo.<sup>4</sup> A questão que logicamente surge consistirá em saber: Como se explica a (re)emergência do racismo e da sua persistência justamente e sobretudo num contexto histórico no qual se declara a marcha incontornável para o progresso e a equidade? Como se compreendem e explicam tais formas de discriminação e racismo, apesar do discurso internacional dos direitos humanos, onde é proclamada a igualdade de tratamento, independentemente da classe, do sexo, da cultura, da religião ou da raça? Como se compreende, tal como se interroga Reyniers (2013:13), que uma população calculada entre 10 a 13 milhões de ciganos, presente na Europa durante seis séculos e a coexistir com populações locais, não passe ainda hoje de um grupo exótico, indiferente, quando não ameaçador e hostil, para a grande parte das populações não ciganas?

Se estas questões, em termos mais globais, estiveram presentes como pano de fundo da investigação em termos globais, colocamos a respeito das relações entre portugueses não ciganos e portugueses ciganos algumas outras questões mais específicas: Onde vem e qual a trajectória das comunidades ciganas em Portugal? Em que contextos socio-espaciais e *habitats* vivem as comunidades ciganas no distrito de Braga? Que valores, crenças e rituais relevam no seio destas comunidades? Como encaram a vida do trabalho e a relação da vida familiar e do trabalho com a escola nomeadamente em relação aos

*papers* em congressos nacionais e internacionais a respeito dos ciganos tais como o de Silva e Gomes (2013), deixando agora de parte os relativos aos imigrantes africanos.

<sup>4</sup> Embora certas ideias e práticas racistas sejam anteriores à modernidade e não circunscritas ao Ocidente, o termo *raça* surge com a época das Luzes e o termo racismo entre a I e a II guerra mundial, sendo introduzido no *Dicionário Larousse* em 1932. O racismo é considerado basicamente um fenómeno moderno coincidente com o processo de colonização e, como conjunto de ideias e doutrinas, liga-se amiúde à ideia de nação e emerge nos finais do século XVIII, nomeadamente na França e na Alemanha (cf. Arendt 1990, Wieviorka 1998:19-20). Porém, o racismo terá a sua expressão de força máxima no maior holocausto ou morticínio contemporâneo – o de cerca de 6 milhões de judeus, ciganos e outras minorias étnicas – perpetrado em pleno coração da Europa dita civilizada e, alegadamente, em nome da superior raça ariana. A reemergência dos fenómenos de racismo nas últimas décadas, nomeadamente em relação à etnia cigana é reconhecida em relatórios da Comissão Europeia (EC 2004), de novo reconhecido no Especial Barómetro sobre a Discriminação na União Europeia (EC 2007). No entanto, quando lançado um inquérito pelo SOS Racismo e enviado aos Municípios, grande parte das respostas destes quanto ao relacionamento entre instituições municipais e ciganos, além de não consultarem as comunidades ciganas, referiam laconicamente que “não há problemas” ou há um ‘bom relacionamento’ (Cruz 2001:45 ss), o qual, pelos exemplos estudados, mais representa indiferença, alheamento ou simples desconhecimento.

filhos? Que tipo de relações se entabulam entre a maioria não cigana e a minoria cigana, nomeadamente em diversos contextos no Distrito de Braga? Que percepções e representações sociais orientam as duas comunidades? Que sentimentos e emoções envolvem o relacionamento entre membros da ‘maioria’ e desta minoria? Sendo um problema recorrente, trata-se de aferir como e em que medida se manifestam atitudes e práticas discriminatórias relativamente aos ciganos e, em caso afirmativo, quais os factores e/ou mecanismos que permitem compreender e explicar tais atitudes e práticas.

Já num plano mais político-institucional, em que medida instituições, autoridades locais e membros das próprias comunidades autóctones não ciganas têm denotado ou não atitudes e práticas discriminatórias e/ou racistas relativamente aos ciganos? Mais, que grupos sociais evidenciam mais tal tipo de atitudes e comportamentos e como é que se explicam?

Em resultado do projecto global da pesquisa na sua componente teórico-metodológica e histórica, acaba de ser recentemente publicado um livro organizado por Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral (2014), em que, para além de alguns estudos empíricos apresentados por diversos especialistas num colóquio internacional após a finalização do projecto, foram avançadas, por parte de alguns membros da equipa,<sup>5</sup> reflexões teóricas e históricas em torno de vários eixos: etnicidade e racismo, nacionalismo e racismo, etnicidade e classe social, etnicidade e estereótipos, etnicidade e migrações. Dispensando-nos certamente de repetir as ideias e teorias aí desenvolvidas, não podemos contudo deixar de fazer, ainda que de modo limitado e sucinto, uma breve revisão em torno das (pseudo)teorias correntes sobre o racismo.

## 2. Discriminação e racismo: breve síntese das (pseudo)teorias correntes

Tal como referido, sem pretender agora aprofundar teoricamente esta questão (cf. Silva 2014), importará todavia resumir as principais teorias em torno do racismo: (i) as teorias bio-genéticas que, afirmando a pureza e hierarquização das raças, sustentam o racismo em factores de ordem bio-genética, legitimando assim a superioridade de umas raças sobre outras (Gobineau 1983); (ii) as teorias etológicas e socio-biológicas (Lorenz 1987), segundo as quais os genes, os caracteres selectivos e/ou os instintos seriam os

<sup>5</sup> Neste livro, além de diversos contributos de diversos especialistas, importa referir reflexões de membros da equipa para o projecto: um primeiro capítulo sobre as teorias sobre racismo de Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho; um segundo sobre nacionalismo e racismo de José Manuel Sobral, da Universidade de Lisboa; um terceiro sobre etnicidade e classe de Veit Bader, da Universidade de Amesterdão; um quarto sobre estereótipos de Rosa Cabecinhas, da Universidade do Minho; e o capítulo sétimo, a abrir a parte relativa às migrações por Maria Engrácia Leandro, da Universidade do Minho, texto este elaborado em parceria com Michèle Bauman da Universidade do Luxemburgo e de Manuel Antunes da Cunha da Universidade Católica Portuguesa.

factores responsáveis dos diferentes comportamentos e qualidades humanas; (iii) algumas teorias (socio)psicológicas que explicam o preconceito racial e os comportamentos autoritários respectivamente pelo lado emocional inerente a certas predisposições psíquicas (cf. Dollard 1937) ou como resultantes de repressões e frustrações no processo de socialização (cf. Adorno *et al.* 1950); (iv) algumas teorias sociológicas, fortemente diferenciadas entre si. Enquanto certas teorias conservadoras apelam a conceitos orgânicos de 'vínculos primordiais', constitutivos de determinada pertença étnica ou cultural (cf. *in* Geertz 1963), as concepções liberais, orientando-se em função da discriminação nas relações face a face, vêem o racismo resultante da insuficiente adequação jurídico-política. Por outro lado, enquanto (neo)weberianos tendem a explicar o racismo na base de relações assimétricas de poder e/ou estratificação social (Rex 1988, Memmi 1993), outros de orientação marxista e socialista (Cox 1970, Miles 1986, Balibar e Wallerstein 1988, Wallerstein 2000) enquadram o racismo com base nas relações de produção e dominação capitalistas, ainda que, segundo os últimos, articuláveis com etnia.

Na esteira de Bader (2009), diríamos que, se estas últimas apresentam maior consistência, elas são ainda insuficientes na medida em que não avançam conceitos específicos nem dão conta de contextos que permitam compreender e explicar os fenómenos racistas, a saber, o etnocentrismo, o (auto)fechamento de grupo e o diferenciado grau de controlo de recursos entre os diferentes grupos étnicos. A compreensão e a explicação dos fenómenos de discriminação e racismo pressupõem a articulação de conceitos nucleares como etnia e situação de classe,<sup>6</sup> uma vez que qualquer um deles por si só não explica as tensões e conflitos interétnicos e intraétnicos.

No quotidiano os indivíduos, ao mesmo tempo que são condicionados por constrangimentos de vária ordem, resultantes de processos de socialização (o *habitus* na sua componente mediadora a que se refere Bourdieu 1979), são também agentes criadores com capacidade de reflexão sobre si e sobre os outros no quadro das respectivas interações. Procurar uma explicação das relações interétnicas implica articular a abordagem estrutural com a perspectiva accionalista, a que acresce a dimensão organizacional.<sup>7</sup> Assim, na análise deste fenómeno,

<sup>6</sup> Para um desenvolvimento das relações entre etnia e classe, cf. Bonacich (1980), Balibar e Wallerstein (1988), Bader (2009) e Silva (2009, 2014). Deve-se, porém, em primeira instância a Weber (1978) não só a abordagem metodológica plural em termos da compreensão e explicação causal, como o destaque e a articulação dos diversos factores nos processos de dominação e exclusão social, em que, segundo este clássico, qualquer característica serve para dominar, discriminar, excluir: "a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio e que podem bastar para haver lugar à exclusão" (Weber 1978:342).

<sup>7</sup> Não sendo possível referir e expôr os inúmeros autores, clássicos e actuais, que se debruçaram sobre estrutura e acção, constrangimentos e estratégias, remetemos para uma breve síntese (Silva 1998:69 ss).

para além do lado estrutural, relevam os aspectos organizativos e interaccionais, na medida em que "são as diferentes formas de interacção entre os indivíduos que os levam, frequentemente, a 'construir' subjectivamente certas diferenças e estas poderão ganhar formas 'objectivas'" (Ferreira *et al.* 1995:326). Um dos objectivos inerentes a este projecto consiste justamente em conhecer as implicações concretas não só de processos de alheamento, distanciamento e segregação, como de relações de proximidade física mas marcadas pela tensão e conflitos, ora latentes, ora manifestos. Se, por um lado, as percepções, representações e atitudes dos grupos são estruturalmente condicionadas pela posição social e pelo contexto socio-económico e político, elas são também construções que eles próprios fazem do que eles são e do que são os outros, da sua própria identidade e da dos outros, construções estas que podem ser caracterizadas como representações,<sup>8</sup> discursos, estereótipos ou imagens.<sup>9</sup>

As representações sociais dos grupos majoritários são construídas na base de estereótipos ou crenças arraigadas e transmitidas no processo de socialização em torno da 'raça', da etnicidade ou da nação, entendida esta como o

<sup>8</sup> Cf. a este respeito, entre outros, Bader (1991), Cabecinhas e Amâncio (1999) e Silva (2009, 2012). Tal será mais visível nas relações interétnicas, sobretudo de vizinhança, em bairros sociais como o de Santa Tecla em Braga e sobretudo o de Atougua em Guimarães. Ainda que sucintamente, importa definir conceitos amiúde utilizados como representação social, estereótipo, preconceito, estigma, que provêm de distintas tradições teóricas e disciplinares e nenhum deles deixa de envolver sentidos diferenciados. Representação social designa "sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que permite aos indivíduos orientar-se no mundo e controlá-lo; e, segundo, facilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar os vários aspectos do seu mundo e da sua história individual e de grupo" (Moscovici 1989; cf. igualmente Vala 1993, Cortesão *et al.* 2005). Mas o conceito na teoria sociológica possui diferente peso conforme a tradição sociológica: factos sociais constituintes e determinantes da realidade social na tradição durkheimiana, produtos ou elementos derivados das condições materiais de existência na perspectiva marxista, concepção ou mundividência (*Weltanschauung*) na abordagem weberiana, a qual é significativa e correlacionada com a base material mas não entendida como simples reflexo da referida base material à boa maneira marxista tradicional ou vulgar (cf. Silva 2012:138).

<sup>9</sup> Estereótipo remete para uma percepção que basicamente faz de qualquer membro individual do grupo o portador das características desse mesmo grupo, que é visto como um todo homogéneo (Garcia-Marques 1999, Billig 1988:449ss, Stangor 1996: 628-633, Cabecinhas 2014). Ora, esta situação articula-se com a existência de atitudes e ideias negativas dos membros de um grupo sobre outro que o termo preconceito procura denotar (Allport 1954) e é parte de processos estigmatização, como referiram Goffman (1988) e Becker (1968), que no caso em estudo atingem a minoria – os ciganos. Jahoda (1999:14), considerando os estereótipos ora resultantes de clivagens socio-económicas e culturais ora constitutivos de representações e formas discursivas, prefere utilizar o conceito de imagens na medida em que não só abarca as percepções e representações como os sentimentos, os testemunhos e as emoções que estruturam as relações intergrupais, tal como ocorre em vários dos contextos analisados.

conjunto de práticas culturais e modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes, não raro de modo imaginário (cf. Anderson 1991). Os membros dos grupos étnicos minoritários vêem-se a si próprios como culturalmente diferentes e encontram-se, em regra, em posições de forte desvantagem em relação a outros grupos sociais no que concerne ao acesso a diversas oportunidades de vida, sendo notório o “*acesso desigual aos lugares diferenciados do mercado de trabalho e ao sistema promocional*” (Giddens 2000:338), tese de resto já anteriormente sustentada por Weber (1978) no conceito de fechamento social (*social closure*) e desenvolvido por diversos autores tais como Parkin (1979), Rex (1988), Bader e Benschop (1988). Para Bader (2009) é a acumulação de factores de desvantagem, por um lado, nomeadamente de etnia oprimida e ‘subclasse’ social desprivilegiada e, por outro, de determinada assertividade na sua cultura identitária com os seus hábitos e estilos de vida específicos que potencia estratégias, geralmente defensivas, face à discriminação de que são alvo, mantendo um certo sentido de solidariedade de grupo e autopercepcionando-se como pessoas “à parte” em relação à maioria. Por regra geral, segundo Giddens (2000:260), “*a experiência de serem objecto de preconceito e discriminação amplifica normalmente sentimentos de lealdade e interesses comuns*”. Habitam um espaço físico e social relativamente isolado da sociedade envolvente, tendendo a concentrar-se em subúrbios e periferias das cidades. Denotam práticas endogâmicas, realizando casamentos no seio do próprio grupo, como um mecanismo de defesa do endogrupo por oposição ao exogrupo, como forma de preservação da sua identidade cultural. A este propósito, Breton (1983: 55) sustenta que “*o inconsciente individual é um produto, uma manifestação do inconsciente colectivo*”. De acordo com o mesmo autor, os membros de uma etnia aperfeiçoam a sua visão do mundo através do filtro da cultura étnica, o que originaria a formação de uma espécie de ‘personalidade-base’, em termos de Linton (1952), ou seja, um conjunto de percepções, de sentimentos e de valores comuns ao grupo.

Os processos de categorização, (des)classificação e expansão de estereótipos negativos vem potenciar climas de exclusão e rejeição entre o endogrupo e o exogrupo. Retomando a terminologia de Elias e Scotson (1969), poder-se-ia dizer que neste quadro se exacerbam os posicionamentos entre ‘estabelecidos’ e ‘forâneos’ (*outsiders*): enquanto a maioria designada por ‘estabelecidos’ são-no mais do ponto de vista socio-étnico e, eventualmente, mais político que socio-económico – dadas as consideráveis diferenças, oposições e mesmo antagonismos económicos e sociais no seu seio –, os membros da minoria cigana, vista como conjunto de ‘outsiders’ mais nas representações sociais e institucionais que do ponto de vista jurídico, são colocados à distância ou mesmo rejeitados e excluídos.

As relações interétnicas fornecem-nos um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais, sendo este um código de contraste, na medida em que a identidade étnica se afirma, por um lado, “negando” a(s) outra(s) identidade(s) (etnocentricamente por ela visuali-

zada(s)) e, por outro lado, em confronto com ela(s), apreendida(s) num sistema de representações de carácter ideológico (Oliveira 1976: 5 ss), ideia esta expressa por Touraine (1995: 34):

“É nesta complementaridade e nesta oscilação entre o racismo do próprio, que recorre a uma definição cultural do outro, e o racismo do outro, que implica uma definição cultural de si mesmo, que reside a dinâmica do racismo”.

Se bem que a explicação do racismo não possa definir-se e menos ainda explicar-se exclusivamente com base numa abordagem de interactividade pela categorização recíproca um do outro, é evidente que, como vimos, este é um dos importantes níveis de análise que coadjuva à sua eclosão ou manifestação, como também à resistência contra tais práticas.

### 3. Etnicidade e acção política

Contrariamente a diversos países europeus, a etnicidade raramente tem sido encarada como um problema social e político em Portugal (Machado 1992: 123-136), ainda considerado por alguns analistas sociais, entre os quais Breton (1983: 119), como um Estado-nação mono-étnico e homogéneo.

Machado (1992: 124 ss) afirma que esta situação se deve à existência de continuidades e de fracos contrastes sócio-culturais entre as minorias e a maioria, a que acresce a incipiente politização da questão étnica em Portugal. Ou seja, as minorias étnicas existentes em Portugal, além de numericamente inferiores às de outros países europeus e revelarem uma fraca concentração residencial, não só partilham a vulnerabilidade de outras categorias sociais desprivilegiadas<sup>10</sup>, como denotam um movimento associativo recente e frágil, sendo apenas apoiado por partidos políticos de esquerda, minoritários no contexto nacional.

Segundo Bader (1991, 1993), para que um movimento ou mobilização étnica se torne eficaz, importa ter presente, entre outras precondições, as seguintes consideradas nucleares: (i) que os respectivos actores da etnia

<sup>10</sup> No entanto, em relação à minoria cigana, Machado (1992) reconhece, diferentemente dos imigrantes africanos, estarmos perante uma situação de etnicidade forte com outras especificidades espaciais, demográficas, culturais e de modos de vida. As categorias sociais mais vulneráveis à pobreza em Portugal são, por ordem decrescente: idosos pensionistas; agricultores de baixos rendimentos; assalariados de baixo nível de remuneração; trabalhadores precários e da economia informal; minorias étnicas; desempregados; e jovens de baixa escolaridade e qualificações à procura de primeiro emprego (Almeida *et al.* 1992: 77). Tal como referem Cabecinhas e Amâncio (1999), a vulnerabilidade é função da posição social e do contexto, aplicável em termos de classe, de género e de etnia. Sobre o nível relativamente elevado de homogeneidade etno-cultural-nacional até aos anos 70, cf. H. Martins (1998:101 ss).

dominada sejam, de facto, vítimas de processos de exploração e/ou dominação em estruturas e contextos específicos por parte de instituições e grupos dominantes; (ii) que se verifiquem assimetrias, desequilíbrios e injustiças no acesso e no controlo de recursos e recompensas e que ora os grupos minoritários ora os grupos dominantes sejam percebidos respectivamente ora como “ameaçadores” e “usurpadores” de “direitos” e “privilégios” da maioria ora como violadores de direitos básicos de subsistência e segurança mínima para a minoria; (iii) que o grupo étnico dominado possua uma identidade própria e partilhe costumes, hábitos e estilos de vida específicos e diferentes dos da maioria; (iv) que os respectivos grupos étnicos – dominante e dominado –, assentes nas respectivas identidades e interesses específicos, detenham ideologias e/ou utopias específicas; (v) que a(s) classe(s)/grupos social(is), enquanto tal, detenha(m) interesses objectivos (materiais, legais e simbólicos) próprios, percebidos pelos próprios e perceptíveis aos demais através de hábitos e estilos de vida, aspectos culturais, símbolos, rituais e valores; (vi) que uns e outros, sendo reais grupos de conflito, consigam, não obstante as suas diferenças internas de interesses e narrativas discursivas, organizar-se em plataformas comuns e mobilizar recursos internos e externos para negociar e/ou fazer face em caso de confronto; (vii) que as respectivas classes/grupos/movimentos sociais sob dominação articulem objectivos, estratégias e tácticas para a acção, não só libertando-se das normas cognitivas e narrativas ideológicas de naturalização das formas de exploração ou dominação como concebendo utopias em torno da emancipação social; (viii) que as classes/movimentos sob dominação consigam um grau assinalável de associação e organização social e política, assim como concertação entre líderes e organizações; (ix) que nos conflitos, nas negociações e na acção colectiva sejam mobilizados recursos de poder disponíveis, quer internos (cultura, *habitus*, identidade, organização, liderança) quer externos (aliados, instituições e órgãos estatais, princípios jurídicos e políticos); (x) que sejam tidas em conta na estratégia as oportunidades de acção externa, de modo a atrair potenciais aliados, neutralizar terceiros indecisos e responder a contra-mobilizações dos adversários, seja pela negociação e conciliação, seja pela polarização e confronto.

Hoje que o racismo biológico, senão totalmente abandonado, foi relegado para segundo plano não só por ser cientificamente indefensável como politicamente difícil de penetrar na opinião pública, ressurgiu uma outra forma de racismo – o cultural –, tal como o têm apontado diversos autores (cf. Bader 1985, Balibar & Wallerstein 1988, Miles 1994, Wieviorka 1992, Silva e Pinto 2004, Silva 2006, 2014). A subtilidade do “neo-racismo” não só professa, segundo Cunha (2000), a distanciação e utiliza uma linguagem (pseudo) ‘etnológica’, como também invoca sofisticadamente o direito à identidade própria e à especificidade cultural dos grupos racizados, de modo a concluir que, embora ‘preze’ outras culturas da mesma forma que a sua própria, tal não invalida comportamentos discriminatórios quando essa cultura outra supostamente ‘ameaça’ a sua. Ou

seja, a fim de não prejudicar o interesse nacional nem ferir a própria cultura nacional, as características culturais das minorias étnicas ora são selectivamente desclassificadas como indesejáveis ou simplesmente rejeitadas, implicando o seu afastamento e, eventualmente, expulsão do todo nacional.

Seabra (1994) salienta que a própria tensão vivida pelas minorias étnicas entre integração e exclusão encerra contradições que reflectem as da própria comunidade autóctone, pois esta deseja a integração daquelas, mas simultaneamente reage, subalternizando-as nos seus modos de vida e cultura e confiando-as, por exemplo, à ocupação de determinado espaço.<sup>11</sup>

Como diz Wieviorka (1993), as relações entre maiorias autóctones e minorias étnicas lançam importantes desafios à democracia e exigem, como refere Pierré-Caps (1995), uma nova gestão política, uma vez que determinadas situações históricas e actuais têm demonstrado que a identidade étnica tem constituído uma fonte de clivagem social tão ou mais importante como a pertença de classe, como já o sustentara Weber (1978) e, ultimamente, outros autores como Glazer e Moynihan (1975), Rex (1988), beneficiando as filiações étnicas da “*particularidade adicional de já possuírem o sentimento de formarem um todo, que as classes baseadas num ajustamento racional de interesses só adquirem gradualmente*” (Rex 1988: 27).

O reconhecimento jurídico do direito à diferença em relação às minorias étnicas embate aparentemente com o princípio da igualdade de tratamento de todos os cidadãos do Estado. Porém, este objectivo só se poderá alcançar, em diversas situações, se se praticar uma política de discriminação positiva, contrariando assim o tradicional modelo político do Estado Nação. Neste sentido, Pierré-Caps (1995: 10) propõe uma outra forma de viver o Estado e a nação, concretizada na ideia de multinação, enquanto sociedade política composta por diversas comunidades nacionais, mas sob uma vontade comum – partilhar um destino.

Para tal, há que separar, como propõe Pierré-Caps (1995:10), a nação do Estado, pois um certo nacionalismo<sup>12</sup>, ao reclamar uma unidade política territorial etnicamente homogénea, só poderá tornar-se exequível a expensas

<sup>11</sup> Esta é a conclusão que se retira da maior parte das respostas dadas pelas Câmaras Municipais ao inquérito enviado pelo SOS-Racismo, o que é resumido por Ana Cruz (2001:46): “os ciganos constituem uma comunidade que apenas será aceite quando alterarem o seu próprio modo de vida, a sua cultura, isto é, quando deixem de ser ciganos. Isto significa tornarem-se iguais à maioria e consequentemente serem assimilados por ela”.

<sup>12</sup> Com refere Gellner (1993:11), “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Trata-se por certo de um nacionalismo etnocêntrico, sobre o qual se têm debruçado vários autores entre os quais Sobral (2003) e J.P. Cabral (1998). Embora esta seja a concepção predominante de nacionalismo, existem outras que não implicam a assimilação/rejeição do Outro (por exemplo, os movimentos de libertação nacionais), pelo que o nacionalismo e novas formas de nacionalismo não se prolongam necessariamente em racismo (Bader 1985, Balibar 1995, Sobral 2014).

da assimilação, da expulsão ou da matança dos não-nacionais ou nacionais minoritários como o têm sido os ciganos. Mas o autor vai mais longe, concluindo que um Estado plurinacional reclama uma democracia renovada, sugerindo que esta poderia ser encarnada pela “democracia associativa” (Pierré-Caps 1995: 348 ss.), onde através da partilha do poder político seria possível integrar a multinação numa estrutura estatal estável.

Porém, esta situação implica, além da reconsideração do conceito de etnia, a interpelação de certas atitudes negativas sobre as etnias minoritárias, nomeadamente a exclusão e a condescendência, como ocorre também com a minoria cigana. Excluir da sociedade o “desviante” da normalidade, quer através da rejeição (v.g. recusa do seu reconhecimento, políticas de assimilação forçada), quer da eliminação/extermínio, significa que as maiorias dominantes representam-se e apresentam-se amiúde como senhoras detentoras de “direitos” primeiros face às minorias étnicas. Mais, revelam uma “resistência fantástica” em relação a tudo o que contradiz os seus interesses políticos e ideológicos estabelecidos e/ou põe em causa a ideia que fazem de si próprias (Wieviorka 1993: 179).

A condescendência é uma atitude menos intolerante e radical que a exclusão mas traduz-se, em termos estratégicos de médio-longo prazo, numa perspectiva assimilacionista. Porém, esta é, por excelência, a ideologia dominante dos grupos estabelecidos (“*ingroups*”) que acreditam poder incorporar todos os de fora (“*outgroups*”), tal como já o haviam avançado Elias e Scotson (1969).

Com esta atitude de condescendência paternalista se prendem algumas variantes do certo interculturalismo que Stoer e Cortesão (1999) denominam de multiculturalismo benigno, e que poderíamos também designar de interculturalismo táctico que, a curto prazo, visa evitar clivagens e rupturas mas, estrategicamente e a longo prazo, pretende conseguir a incorporação ou fusão dessas minorias étnicas na maioria. A interculturalidade só é, de facto, possível, se “*cada uma das culturas aprender a conhecer os seus limites inerentes, se auto-interprete e dialogue*” (Dias *et al.* 1977:141). Daqui se infere a necessidade e a importância do pensamento crítico (Taguieff 1995: 308-344) e do multiculturalismo crítico ou progressivo (cf. Stoer e Cortesão 1999, A. Almeida, 1996, Santos 2000, Silva 2002).

Não basta, por isso, proclamar princípios universalistas “*que não passam da face iluminada de uma imagem da sociedade de que o racismo é a face sombria*” (Touraine 1995: 42), tal como o demonstra também Wachsmann (*in* Pierré-Caps 1995: 228), ao concluir que o discurso internacional dos direitos do Homem traduz tão só a concepção do universal elaborada pelo ocidente numa “*contemplanção narcísica de si*”, designadamente quando se verificam discrepâncias entre discursos e as práticas. Como poderão as minorias étnicas encontrar o seu lugar no sistema ocidental que, pretendendo-se universalizante, é produzido pela razão ocidental que, a par de raízes e expressões emancipatórias, tem-se caracterizado predominantemente por formas de exploração e

dominação sobre classes subalternas e minorias étnicas? Ou não será que a razão ocidental hegemónica, porque se alimenta do poderio económico e político, se permite arrogar um pretensão universalismo “racional”?

Rex (1995: 283-300) considera que “*o pensamento político europeu só dificilmente ainda admite a ideia de uma sociedade realmente pluricultural*” (Rex 1995: 297), pois esta sociedade não só exige que haja uma única cultura política de direitos iguais para o domínio público, como também reclama o livre curso da tolerância e do reconhecimento da língua, religiões, costumes familiares e culturas das minorias no domínio privado, concluindo que a União Europeia, não cumprindo estas exigências, conhecerá cada vez mais racismo<sup>13</sup>.

Países assentes nos princípios do Estado de Direito têm desenvolvido alguns mecanismos contra o racismo flagrante, frontal e agressivo. Contudo, têm surgido, nas últimas décadas, tendências de racismo subtil, o qual, segundo recentes investigações na área da sociologia e psicologia social e cognitiva, é, deste ponto de vista, relativista, não se tratando “*de um processo consciente com o objectivo de se apresentar aos outros dissimulando os próprios preconceitos, mas antes de um comportamento prudente que parece servir sobretudo a necessidade de se proteger contra a tomada de consciência das próprias convicções racistas*” (Pettigrew e Meertens 1995: 127).

Cortesão e Pinto (1995), Vasconcelos (1998), Silva e Pinto (2004), Bastos e Mendes (2012) e Mendes e Magano (2013) consideram que em Portugal se têm registado, nos últimos tempos, formas cada vez mais explícitas de exclusão em relação aos ciganos, mercê, entre outros aspectos, da recente evolução da malha social e económica e das características que revestem a identidade e as novas condições de vida ciganas. Perante a diminuição do peso do comércio ambulante, a multiplicação das grandes superfícies comerciais, as exigências consumistas e a proliferação de indústrias substitutivas de certos produtos artesanais, a minoria étnica cigana, tradicionalmente dedicada a tais actividades, tem vindo a sedentarizar-se e até mesmo a abrir as suas próprias lojas fixas, o que transforma consideravelmente os hábitos seculares destas comunidades.

Esta evolução tem, porém, também outros efeitos: dada a precarização sócio-económica de alguns elementos desta etnia, estes são “atirados” para actividades marginais, nomeadamente para o tráfico de droga. Se há processos que evidenciam alguns casos de envolvimento no tráfico de droga no seio da

<sup>13</sup> Rex (1995) salienta as desigualdades cívicas e sociais que resultarão duma Europa Unida e que “separarão os cidadãos da Comunidade Económica Europeia que gozarão do direito de livre circulação, os imigrantes na mesma Comunidade que não beneficiarão desse direito, os imigrantes brancos vindos do Leste, os imigrantes originários do Terceiro Mundo e um grande número de indivíduos em situação irregular e de refugiados” (Rex 1995: 295). Hoje, porém, a situação alterou-se na medida em que algumas das referidas restrições temporárias foram eliminadas, não obstante a reemergência de governos a exigirem a reintrodução dessas restrições.

comunidade cigana, os seus protagonistas não deverão furtar-se às malhas da justiça<sup>14</sup>. Já será todavia impropriedade e ilegítimo, a partir da constatação de certos casos, inferir ou justificar comportamentos discriminatórios contra toda a comunidade cigana.

A acentuação dos estereótipos negativos sobre a comunidade cigana exprime e reflecte a exclusão/rejeição da mesma por parte da maioria. Se, por um lado, tais atitudes incitam os ciganos a reforçar a sua identidade, refugian-do-se nela para alimentar um sentimento de pertença e coesão de grupo e para garantir a sua reprodução social<sup>15</sup>, tal reforço identitário acentua, por sua vez, a exclusão a que são sujeitos, funcionando estes mecanismos num sentido circular (Pinto 1995: 37-51).

Os ciganos, aparentando assumir o retrato que deles fazem os “civilizados”, utilizam-no como estratégia adaptativa para sobreviver perante o etnocentrismo institucional, de resto também presente em determinadas classes e grupos sociais autóctones. A pertença étnica, reivindicada ou atribuída, só existe e será inteligível na condição de serem pressupostos certos pré-requisitos, como vimos. Ou seja, as relações interétnicas fornecem-nos um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais, sendo este um código de delimitação e de contraste, na medida em que a identidade étnica se afirma, por um lado, “negando” a(s) outra(s) identidade(s) e, por outro lado, em confronto com ela(s), apreendida(s) num sistema de representações de carácter ideológico (cf. Barth 1980, Oliveira 1976: 5 ss).

Já Liégeois (1989) considerara que, para os ciganos, é mais fácil conformar-se às expectativas dos outros do que lutar contra elas, resultando daqui comportamentos aparentemente coincidentes com os desejos das imagens manipuladas, facto este corroborado por Heredia (1974), que aponta à comunidade cigana (da qual faz parte) “*a falta de espírito de luta e rebelião contra as estruturas criadas, em parte, por nós próprios, e impostas, por outro lado, pelo egoísmo de uma sociedade*” (Heredia 1974: 39), uma explicação algo moralizante, que importaria mais remeter não só para factores internos à comunidade, mas também a factores económicos e políticos na fabricação do consentimento, parafraseando Burawoy (1979). Tendo presente o modelo quadrimodal de Berry (1980) em torno da integração-assimilação-separação-marginalização como alternativas do fenómeno multilinear da aculturação ou do modelo de intervenção em torno da dualidade integração-assimilação,

<sup>14</sup> Tal não significa embandeirar com as cegas abordagens repressivas sobre o consumo da droga, com seus efeitos sociais desastrosos como encarceramento em massa e corrosão extrema do Estado, tal como ocorre no México. Importaria ter presente algumas mudanças de paradigma, por exemplo, no Uruguai e em certos Estados dos Estados Unidos da América.

<sup>15</sup> Wieviorka (1993: 181 ss.) reconhece aqui a etnicidade na sua plenitude: em nome da sua identidade particular, da respectiva experiência ou da necessidade de assegurar a sua sobrevivência em épocas particularmente difíceis, um grupo étnico é capaz de apelar à sua memória para “pressionar” a história.

segregação positiva-segregação negativa de Trimmer (2012:23 ss), estaríamos perante uma adaptação instrumental ou acomodatória, a fim de salvaguardar a sua subsistência e autodefesa de grupo.<sup>16</sup>

Se tem predominado a ausência de acção rebelde, por parte dos ciganos, perante as sociedades dominantes onde se integram, tão pouco *grosso modo* se verificou, de facto, até aos nossos dias a assimilação política e cultural dos ciganos, revelando estes a sua capacidade de resistência, *endurance* e sobrevivência. Esta assentaria, segundo E.Costa (1993: 167 ss), em três aspectos fundamentais: um arraigado nomadismo, uma marginalidade social e uma fragilidade financeira e cultural, por parte dos ciganos, características estas que contribuíram, igualmente, para a relativa tolerância ou até indiferença no passado, por parte da Inquisição, para com esta minoria. Por um lado, o Santo Ofício sempre reservou a sua cólera para pessoas social e politicamente mais destacadas que não os simples e “desprezáveis” ciganos e, por outro lado, estes careciam de uma religião própria e viviam numa absoluta miséria, sendo que a sua integração nunca esteve, de facto, nos planos do Estado português (Coelho 1995).

Hoje, porém, a corrente dominante em torno desta questão caminha justamente no sentido de chamada inclusão social das minorias étnicas nomeadamente dos ciganos, pretendendo, num segundo momento, integrá-los nos parâmetros políticos vigentes e, em última instância, assimilá-los nas culturas dominantes. Tais políticas, supostamente mais humanistas e democráticas do que a exclusão ou reclusão sociais, para além de não produzirem tão rapidamente os efeitos desejados, são contudo confrontadas com princípios duma multiculturalidade crítica que pressupõe o respeito pela respectiva identidade étnica e pelo reconhecimento dum espaço de afirmação política próprio.

Até às décadas de 80 e 90 do século XX quer as teorias neoliberais da modernização, quer as teorias marxistas assumiam que as conflitualidades em base rática ou étnica ou diluir-se-iam e tornar-se-iam simples resquícios pré-modernos na transição das “variáveis-padrão” das comunidades tradicionais

<sup>16</sup> Cf., a este respeito, também Mendes (1998, 2013) e Montenegro (2012: 71 ss) relativamente à tensão entre factores de conservação e de mudança, o que, segundo D. Lopes (2013), provocaria situações de desorientação (“derivas”). O modelo sociopsicológico de Berry (1980), sem o explicitar, inspirou-se nas premissas funcionalistas, considerando, de modo acrítico, como positivas a integração e a assimilação e como negativas as formas de separação-marginalização, sem cuidar de distinguir formas de separação negativa de outras formas de separação positiva, como o faz Trimmer (2012) em relação ao fenómeno da segregação. Convocando Hutnik, este modelo quadrimodal é também *grosso modo* replicado por A. Pereira e Rebelo (2013): aculturação-assimilação-marginalização-dissociação, a fim de analisar as autoavaliações e expectativas dos ciganos em relação aos seus processos de realojamento. Por sua vez, San Román (2012) equaciona o problema em torno do binómio integração social, enquanto interdependência no sistema social em termos de direitos, *versus* marginalização ou exclusão social, enquanto ausência de interdependência, o que, sendo relevante, não dissecas as oposições e contradições das várias classes e categorias sociais nomeadamente étnicas no referido sistema interdependente. Para maior desenvolvimento e crítica ao modelo de Berry, cf. Silva (2008).

para as da sociedade moderna na linguagem liberal e estrutural-funcionalista (cf. Parsons 1988) ou de “sobrevivências pré-capitalistas” na tradicional terminologia marxista (cf., a este respeito, Godelier 1973). Mais, durante o chamado socialismo real nos países de Leste, as minorias nacionais e/ou étnicas ou ‘não existiam’ enquanto tal ou não constituíam problema de relevo, sendo quando muito questões sociais secundárias a resolver-se no próprio processo da nova sociedade e do ‘homem novo’ socialista, sofrendo entretanto essas minorias, como referem Van Baar (2011) e Reyniers (2013:14), uma política assimilacionista. Por sua vez, nas diversas formas de transição para o capitalismo não só no Leste como no Ocidente, tais minorias acabaram também por sofrer de modo intenso nos seus direitos em termos de emprego e habitação, segurança social e educação. Neste quadro não só os conceitos como o confronto da realidade social e política nos têm mostrado a actualidade e a pertinência do debate em torno dos conflitos interétnicos e das manifestações de racismo e xenofobia em vários quadrantes sociais e geo-políticos. Por isso, uma das formas de desigualdade social mais relevantes, numa perspectiva já diacrónica já sincrónica, é a aduzida ou alegada em base rácica e/ou étnica, de cujas expressões mais relevantes sobre os ciganos faremos uma breve retrospectiva em diversos contextos históricos no próximo capítulo.<sup>17</sup>

Partindo das questões acima assinaladas, descemos ao terreno nomeadamente a diversas comunidades envolventes de comunidades ciganas e às próprias comunidades ciganas no distrito de Braga para testar até que ponto as conclusões de outros estudos a nível nomeadamente internacional se reproduzem a nível local e distrital/regional e quais os seus contornos. Procuramos cruzar a abordagem qualitativa com outros dados de tipo quantitativo obtidos por inquérito e com base nalguma pesquisa documental. Como ponto de partida recusamos qualquer abordagem de ordem ontológica ou psico-moral tradicional que, em vez de compreender e explicar o fenómeno racista de modo relacional e articulado a nível sócio-estrutural, organizativo e interactivo, pressupõe a existência de indivíduos isolados com determinados atributos, nomeadamente o de ser racista.

No que diz respeito às comunidades ciganas presentes em acampamentos ou em bairros sociais dalguns concelhos do distrito, foram feitos estudos concretos específicos que deram conta do interrelacionamento entre tais comunidades e a maioria autóctone não cigana: um em meio mais predominantemente rural – o caso de Oleiros e freguesias circunvizinhas de Vila Verde,

<sup>17</sup> Salvo alguns casos excepcionais de minorias étnicas que, nalguns contextos, conseguiram algumas vantagens comparativas (judeus, indianos), a maior parte das minorias étnicas nomeadamente ciganas têm sido, em regra, oprimidas e, não raro, rejeitadas por grupos étnicos dominantes. Nos países ditos socialistas os ciganos não tinham nem língua nem história e, como tal, não eram especificados na lei, sendo a “questão cigana” reintegrada, em termos sociais e não étnicos, como parte integrante da respectiva nação.

outros em contexto urbano nomeadamente em Braga (Picoto, S. Gregório, Ponte Pedrinha), em freguesias urbanas de Barcelos (Arcozelo, Barcelos) e arredores (Barcelinhos) e, em contexto rural, Barqueiros, quer, por fim, em bairros sociais como o de Santa Tecla em Braga e, de modo mais aprofundado, no bairro da Atouguia em Guimarães.

#### 4. O percurso metódico-técnico da pesquisa

Do ponto de vista método-técnico foram utilizadas e desenvolvidas técnicas de pesquisa específicas das ciências sociais, procurando que o processo de observação sociológica fosse realizado de forma controlada e sistematizada. Porém, o avanço deste processo só foi possível através da assunção da centralidade doutra componente nuclear da prática científica: a teoria, entendida esta como conjunto de conceitos e pressupostos que nos orientam na observação, na compreensão e na explicação da realidade social. Por outras palavras, a teoria é uma espécie de caleidoscópio através de cujas lentes se pode “ver” a realidade. Entre esta e o trabalho de campo estabelecem-se interacções mutuamente profícuas. Se, por um lado, rejeitamos a dominante empiricista na estratégia da *grounded theory* proposta por Glaser e Strauss (1967) – a alegada construção da teoria a partir de dados sistematicamente obtidos na investigação empírica, assim como o seu conseqüente corolário de entender a teoria como simples resultado, quase espontâneo, da pesquisa empírica –, por outro, assumimos que não é possível, nomeadamente em torno das questões étnicas, o avanço teórico sem o realimento indispensável e incontornável dos estudos empíricos. E este estudo visou dar um contributo nesse sentido, nomeadamente em Portugal, onde, pelo menos até à sua implementação, escasseavam estudos sobre as comunidades ciganas em termos de condições de vida objectiva, dos seus modos de vida, relações interfamiliares e intrafamiliares, suas crenças e rituais, percepções, representações e atitudes face à maioria não cigana (os *paiois*) e as instituições envolventes.

Assumindo à partida a relevância fulcral do estado da arte e das discussões teóricas em torno dos tópicos e dos conceitos acima mencionados, adoptamos uma flexibilização metódico-técnica, a qual guiou todo o trabalho de campo. A fim de estabelecer os métodos e técnicas a utilizar tivemos em linha de conta, tal como refere Portela (1985), os objectivos e os diversos contextos e condições de realização da investigação,<sup>18</sup> implicando um esforço de ‘chegar até às pessoas’ (Ribeiro 2002), neste caso às famílias ciganas, e ganhar a sua confiança.

<sup>18</sup> O contributo parcelar de F. B. Ribeiro na equipa situou-se nomeadamente ao nível da metodologia. As expressões método e técnica são, por vezes, utilizadas de forma indistinta, patenteando a dificuldade, como reconhece Grawitz (1996: 318), de traçar uma fronteira. Se é certo que estão estreitamente interrelacionados, eles fazem referência a aspectos diferenciados da investigação no terreno. Assim, importa, de uma forma

Tendo por objecto de análise o estudo das condições de vida, tipos e perfis socio-profissionais, bem como as suas representações sociais, a recolha da informação representou um desafio metódico-técnico complexo, implicando o cruzamento de vários métodos e técnicas de pesquisa desde a observação e o trabalho de campo etnográficos, a implementação de entrevistas – umas semi-estruturadas a alguns protagonistas locais, outras mais abertas e flexíveis a diversos moradores –, assim como as histórias de vida, extremamente úteis para a indagação da memória,<sup>19</sup> a pesquisa documental e o inquérito por questionário,<sup>20</sup> aplicando assim uma estratégia metodológica múltipla<sup>21</sup>, na esteira do proposto por Silva (1998, 2002a), Sobral (1999), Caria (2002:9), F. B. Ribeiro (2010) e Ribeiro *et al.* (2007). Com efeito, neste trabalho focalizado sobre as comunidades ciganas, para além do recurso ao método histórico-documental e sobretudo a fontes secundárias relativas à história do povo cigano, recorremos a métodos socio-antropológicos assentes (i) na observação directa e qualitativa e mesmo observação participante em diversos locais de residência das comunidades ciganas, quer em acampamentos, quer em bairros sociais, nos seus diversos tempos de trabalho e de festa e diversão; (ii) em entrevistas abertas e/ou semi-estruturadas e (iii) na aplicação de um inquérito por questionário a 142 famílias/membros da etnia cigana.

A nível operacional, foi gizada uma estratégia no sentido de manter, na medida do possível, a permanência de duas a três estagiárias nos *habitats* da etnia cigana, de modo a possibilitar-lhes, como foi referido, a observação directa e, sempre que possível, participante, as quais implicaram “a presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e o contacto directo com

---

sucinta, distingui-las: (i) o método é uma concepção intelectual que organiza de um modo concreto a pesquisa, através da utilização de diversas técnicas, permitindo ao investigador procurar a sua “acomodação intelectual ao objecto”; (ii) as técnicas são procedimentos operativos rigorosos, bem definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem aplicados recorrentemente (Grawitz: 1996: 317-320). Rematando, as técnicas são ferramentas, limitadas em número e comuns à maioria das ciências sociais, disponíveis para a investigação e organizadas pelo método.

<sup>19</sup> Adopta-se a expressão *história* – de uso generalizado na escrita em língua portuguesa nas ciências sociais – em lugar da expressão *narrativa*. Porém, é estimulante a subtil distinção que Bertaux (1997: 6 e 32-34) estabelece entre a “história de vida” e a “narrativa (*récit*) de vida”. Segundo ele, esta última expressão é mais adequada, uma vez que se refere precisamente à narrativa que um determinado actor social pode fazer, quando inquirido por um investigador, da sua história de vida nesse momento da sua existência.

<sup>20</sup> O inquérito elaborado beneficiou da colaboração doutros membros da equipa, em particular, de Rosa Cabecinhas, psicóloga social no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

<sup>21</sup> As metodologias múltiplas são cada vez mais utilizadas na investigação antropológica e sociológica, de forma a responder aos problemas mais diversos, sobre os quais os investigadores trabalham (cf., entre outros, Orlove 2003, Burgess 1997 e Akilu 1995).

*as pessoas e situações*” (A.F.Costa 1992:19). Pretendeu-se com isso alcançar a confiança dos protagonistas não só para recolher e apreender determinadas informações sobre acontecimentos e comportamentos, mas também para, em determinada altura da investigação, ser possível a aplicação do respectivo inquérito por questionário com a máxima exequibilidade. Procurou-se, assim, que as relações estabelecidas com os actores sociais observados, em especial com os principais informantes, não se resumissem a uma mera transferência de informação ou saber, antes implicando um relacionamento humano afectivo e socialmente significativo com base na confiança entretanto estabelecida.

Este trabalho de campo no seio das comunidades ciganas, comportando, com maior ou menor intensidade, a presença assídua e permanente de estagiárias,<sup>22</sup> como foi acima mencionado, conheceu duas fases distintas: uma primeira fase de dois a três meses em observação na comunidade, a qual permitiu uma relativa inserção na mesma e/ou a participação em programas de ATL e outros projectos socio-culturais (vg. “Entre Margens”), apoio na solicitação, por parte de algumas famílias, ao Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ou, posteriormente, ao Rendimento Social de Inserção (RSI), de forma a que as crianças ciganas e os seus pais se fossem habituando à presença destas jovens “intrusas”; uma segunda fase, também de cerca de dois meses, correspondente à aplicação do inquérito por questionário. Se no início esta presença foi assinalada com alguma estranheza, apreensão ou até receio, a partir de certa altura foi possível, nomeadamente por parte de algumas das estagiárias, captar a simpatia e a disponibilidade para colaborar e responder ao inquérito com um certo à vontade: “*Oh menina, isto agora toda a gente vem cá fazer perguntas, já estamos habituados!*”. A observação foi crucial na medida em que possibilitou o registo de informações etnograficamente relevantes no “diário de campo”. A observação permitiu, sem dúvida, a recolha do maior número de informações, pelo que esta se estendeu a todos os aspectos susceptíveis de ser observados: espaços e locais exteriores e interiores, objectos, pessoas e suas interacções, seus comportamentos e atitudes, situações, acontecimentos, actividades, entre outros aspectos. Durante o período dos diversos estágios tivemos a facilidade de acolhimento por parte da Cruz Vermelha, sendo de realçar o papel da Dr.<sup>a</sup> L. P. na introdução das estagiárias nalguns

---

<sup>22</sup> A recolha dos dados foi feita, na maior parte dos casos por licenciados e por alunas/os finalistas de Sociologia, como foi referido em vários locais e durante os tempos definidos no quadro dos estágios – de resto pagos como aquisição de serviços pelo Projecto. O seu nome vem registado como colaboradores/as do projecto, sendo posteriormente referido o espaço socio-espacial em que cada uma delas, sob a orientação do investigador principal, se moveu e realizou o trabalho de recolha e tratamento de dados, ainda que parcelares, em cada local ou comunidade cigana. Parte destes alunos/as finalistas foram também activistas na Associação “Olho vivo”, solidária com as causas das minorias étnicas, ciganos e imigrantes dos PALOP e do Leste Europeu.

acampamentos, das assistentes sociais nas respectivas Câmaras Municipais e outras instituições (a Dr.<sup>a</sup> G. em Barcelos, a Dr.<sup>a</sup> C. em Braga), o Projecto de Luta contra a Pobreza e os responsáveis do Gabinete Técnico em Guimarães, a Associação *Sol do Ave* – a funcionarem nas respectivas áreas ou bairros sociais – e sobretudo a Associação *Olho Vivo* em Braga. O entrosamento do trabalho nas diversas actividades em curso, a presença do ATL (Actividades de Tempos Livres) nalguns locais, o contacto com os adultos e crianças dos acampamentos ciganos e bairros sociais com ciganos e não ciganos, bem como a intensa procura de ajuda das respectivas populações no Gabinete Técnico, nomeadamente em Guimarães e na Associação *Olho Vivo* em Braga, permitiram observar e entrar no mundo dos acampamentos e dos bairros sociais, nas associações, nas formas de pensar e sentir de uma população carenciada, com fortes dificuldades em resolver os seus problemas e sujeita a vários tipos de exclusões.

O uso deste método revelou-se crucial na análise da matéria-prima não verbal e daquilo que ela revela: os códigos de comportamentos, os modos de vida e os traços culturais, a organização espacial dos diferentes grupos. Através da observação foi possível a recolha de dados proporcionados de modo relativamente espontâneo e autêntico. As múltiplas observações apreendidas nos acampamentos e nos bairros foram registadas nos respectivos diários de bordo, sendo os comportamentos observados transcritos, em regra, imediatamente após a observação.

A presença do investigador/a no terreno não se limitou, porém, à simples observação. A partir do momento em que este/a entra em acção desencadeia-se toda uma série de relações sociais e interacções entre o observador e os observados, tornando óbvias e/ou incontornáveis as perguntas, as conversas informais e até mesmo as entrevistas semi-estruturadas. Neste estudo os alunos/as finalistas de sociologia, enquanto aprendizes e assistentes de investigação, recorreram não raro a “informantes privilegiados”, com quem contactaram mais intensamente e através dos quais conseguiram alcançar certas informações de modo mais ou menos camuflado. Do mesmo modo e com o intuito de recolher o maior número de informações possíveis acerca das práticas e das representações sociais da minoria cigana no bairro social das Enguardas e de Santa Tecla em Braga, assim como no de Atouguia em Guimarães, aplicou-se a esta investigação, como referimos, a observação participante e contínua.

Colocou-se desde logo a questão da interferência que, neste caso em particular, não podia passar despercebida. Para além de não pertencermos àquele contexto social, não só não estávamos familiarizados/as com ele como também não partilhávamos os mesmos costumes e tradições (diferentes regras sociais de convivência, diferentes maneiras de vestir,<sup>23</sup> de falar, entre outros

<sup>23</sup> Relativamente à maneira de vestir, procuraram os investigadores/as e, em particular, as

aspectos). Se, por um lado, estava assegurado um certo distanciamento necessário a este tipo de investigação, por outro tornou-se premente promover a aproximação e uma certa familiarização com as pessoas, enquanto ‘objecto’ de estudo. As conversas informais, e até mesmo uma relativa participação nas actividades do quotidiano deste grupo étnico (como, por exemplo, embalar o bebé, ler uma receita médica ou um panfleto religioso, analisar o boletim individual de saúde e os papéis referentes a subsídios), surgiram espontaneamente, tornando-se a observação participante a técnica privilegiada desta pesquisa de terreno, o que contribuiu para captar a simpatia e a empatia dos observados. O conteúdo destas conversas nem sempre versou sobre a comunidade cigana sob escrutínio. Por vezes de observadores as/os investigadoras/es passaram a alvo de observação, também recaíndo sobre elas perguntas. Se eram mais frequentes nos primeiros contactos, mantiveram-se ao longo de toda a investigação. Questionavam os investigadores e as estagiárias sobre a actual ou futura profissão (indagando, por exemplo, até que ponto elas as poderiam ajudar, nomeadamente sobre a data de recebimento do RGM ou RSI), bem como sobre a filiação, naturalidade e residência das entrevistadoras. Também gostavam de saber a idade, o estado civil, a situação financeira e solicitavam várias vezes a opinião delas sobre os mais diversos assuntos. Não só questionavam como também emitiam opiniões, as quais se tornaram importantes fontes de informação. Através delas foi possível tirar ilações sobre os seus esquemas de representações e percepções, sobre os seus valores e normas, sobre os seus processos de interacção, sistemas de *status* e papéis sociais, posições de género e ainda sobre as suas estratégias de vida.<sup>24</sup> Não faltou mesmo, por vezes, a suspeita lançada sobre uma ou outra assistente de investigação sobre se o seu papel não seria o de investigar, a nível da polícia e sobretudo da segurança social, de modo a desvendar o “enigma” dos motivos da sua presença no acampamento, sendo mais frequente, sobretudo no início a seguinte questão: não será uma assistente social a fiscalizar o RMG/RSI ou, pelo contrário, estará a fazer um levantamento das necessidades para lhes atri-

estagiárias finalistas de Sociologia, sempre apresentar-se da forma mais discreta possível, embora dentro do estilo casual, comum a muitos jovens urbanos. Os moradores das comunidades ciganas reparavam no modo como as estagiárias se vestiam. Qual não foi a surpresa quando, numa das visitas, uma cigana perguntou a uma das inquiridoras: “*Tu não vestes aquelas saias curtas que as pessoas da tua raça usam?*”

<sup>24</sup> A importância atribuída à realização do casamento ainda na menoridade manifestou-se, por exemplo, quando ao associarem a idade ao estado civil (solteira), aconselharam uma das estagiárias a casar, pois “*já está mais que na idade.*” Porém, também por vezes algumas mulheres, sobretudo mais jovens, se interrogavam sobre a sua posição subalterna, o que indicia que determinadas práticas, comportamentos e representações patriarcais sobre relações entre homens e mulheres não devem ser universalizáveis e assumidas de modo essencialista ou culturalmente reificados como imutáveis sob o conceito de identidade cultural.

buir mais algum subsídio? Eis algumas das curiosidades e questões que passavam as mentes destas pessoas ciganas, tal como confessaram na altura e sobretudo depois de obter confiança nas assistentes de investigação. Mesmo quando, no início da aplicação do questionário, lhes era explicado o motivo do mesmo, constantemente, ao longo deste, era interrompida com frases: “*Mas para que é que isto serve? Mas por que lhe interessa saber isto?*” Às perguntas de caracterização económica cada uma respondia amiúde ser “a família mais pobre do bairro”, emergindo a desconfiança e o medo, sobretudo entre famílias “galegas” que estavam recebendo o RMG/RSI.

Na observação, directa e/ou participante, as alunas finalistas, umas de modo mais detalhado outras menos, fizeram-se acompanhar de um caderno de investigação onde diária ou semanalmente registavam, com a maior precisão possível, os seus apontamentos sobre diversos acontecimentos do quotidiano, no meio quer rural, quer urbano, e, em particular, sobre as relações inter-étnicas com os seus (des)encontros e reencontros, comentários, anedotas recíprocas sobre o outro, o diferente, o estranho nos mais diversos contextos e sociabilidades: laboral, residencial, escolar, cafés e restaurantes, transportes e mercados. Foram, deste modo, captadas informações em torno de dados objectivos e outras dimensões subjectivas, expressões concretas deste inter-relacionamento difícil entre entidades e membros da sociedade maioritária e membros das minorias referidas e suas respectivas práticas e representações.

O inquérito comportava três diferentes momentos, incidindo inicialmente sobre a identificação do inquirido e sua família, as respectivas propriedades objectivas, avaliando de seguida os seus níveis e modos de vida e, finalmente, averiguando as suas opiniões e avaliações sobre os outros, diferentes ou estranhos. De modo mais detalhado, tendo sobretudo em conta a necessidade de estabelecer uma tipologia dos entrevistados, procurou-se indagar a sua situação de acordo com os principais *itens* do inquérito: (i) local de trabalho e tipo de residência: urbano central, (semi)urbano-periférico, rural; (ii) composição, posição e situação da família de origem; (iii) situação socio-económica e jurídica da actual família de pertença; (iv) idade, profissão e rendimentos dos membros da família entrevistada; (v) relações e percepções dos entrevistados(as) com os representantes das autoridades e instituições (presidente da Câmara, presidente da Junta, pároco, professores, (para)médicos, assistentes sociais, polícia) e, sempre que possível, dos e/ou com líderes e personalidades influentes nas minorias étnicas; (vi) constrangimentos, antecedentes e motivações da estadia e/ou vinda para determinada freguesias ou cidade dos concelhos do distrito de Braga; (vii) grau de escolaridade dos entrevistados(as) e dos seus familiares directos; (viii) condições habitacionais, rendimentos, poupanças e investimentos; (ix) práticas religiosas, percepções e atitudes face ao próprio modo de vida e aos do meio envolvente; (x) local e modo do exercício da profissão: totalmente independente, relativamente autónoma, dependente e/ou assalariado(a).

Neste estudo, para além da caracterização e análise das populações em estudo, relevamos com particular interesse os resultados da pesquisa em torno das

relações inter-étnicas nos diversos contextos, confrontando as respectivas comunidades nas suas relações de vizinhança e sociabilidades, nas suas representações e nas imagens que têm uma da outra. Neste fio condutor, não deixámos com certeza de analisar o papel das instituições estatais e da própria autarquia.

Algumas das alunas finalistas utilizaram gravador, mas a maior parte, dada a inibição decorrente do seu uso, nomeadamente nos acampamentos ciganos, optou por não gravar as entrevistas, embora tenham feito as necessárias anotações com a maior brevidade possível nos seus respectivos cadernos destinados para o efeito. Embora em grau variável, as entrevistas foram abertas e flexíveis, sendo realizadas em função das ocasiões surgidas e das disponibilidades e necessidades (pres)sentidas. Exceptuaram-se as entrevistas semi-estruturadas realizadas a alguns actores sociais privilegiados ou relevantes, a saber, a chefes das respectivas comunidades ciganas, responsáveis das associações e das instituições camarárias, a comandantes distritais e concelhios da GNR e da PSP, presidentes de junta, párocos, professores, médicos, assistentes sociais, candidatos partidários às eleições autárquicas, chefe de escuteiros e responsáveis da Cruz Vermelha, entre outros. Foi através destas entrevistas aos diversos actores sociais em presença que se obteve a informação com maior interesse, riqueza e profundidade.

As entrevistas como instrumento de pesquisa vieram, de alguma forma, colmatar os limites e os problemas do inquérito por questionário, superando assim o carácter descritivo, mecânico e estandardizado das respostas por questionário. As entrevistas permitiram, portanto, um grau de profundidade e riqueza dos elementos de análise recolhidos. Foram realizadas, no total, 25 entrevistas a famílias ciganas. Durante a elaboração dos questionários foram sinalizadas as diferentes pessoas que poderiam ser entrevistadas, em função dos conteúdos das respostas às questões colocadas e da sua capacidade verbal de resposta. Contudo, houve o cuidado de fazer uma selecção de pessoas com diferentes posições, ideias, atitudes, de modo a poder mais facilmente entender e compreender os diferentes resultados quantitativos. As entrevistas decorreram, em regra, no lugar, tempo e modos impostos pelos entrevistados. Com os moradores ciganos a quase totalidade das entrevistas foi realizada nas próprias casas e/ou nos acampamentos e nos locais mais variados: salas de Gabinete de Apoio<sup>25</sup>, nomeadamente em Atouguia-Guimarães, nos cafés e nos locais de trabalho, o que acontecia mais com pessoas com quem se tinha algum conhecimento ou que estavam informados dos objectivos da pesquisa.

Durante as entrevistas procuramos estar atentos a um conjunto de pormenores como a linguagem corporal, as expressões faciais, o estímulo das respostas sem as influenciar, a gestão dos silêncios, a atenção à comunicação

<sup>25</sup> Sabendo à partida qual seria o assunto da entrevista, o Gabinete de Apoio aparecia como uma forma mais discreta de manifestarem a opinião.

verbal e não-verbal, a observação discreta do ambiente envolvente. Mais difícil foi obter autorização para a gravação das entrevistas. Do total dos entrevistados, foram gravadas apenas 6 entrevistas entre membros/famílias ciganas, tendo-se achado mais conveniente ou mesmo impossível obter gravações por os entrevistados assumirem posições mais reticentes ou defensivas ou simplesmente recusarem. O gravador, nomeadamente entre membros da etnia cigana, aparece como um objecto estranho e, logo, não deixa as pessoas à vontade, inibindo os entrevistados, conforme alguns alegaram.

Apesar de consideradas as vantagens da entrevista, temos também presentes as suas limitações, nomeadamente a possível distância que se cria entre o entrevistador e o entrevistado, podendo ser maior o risco de enviesamento de respostas por parte dos entrevistados. A distância entre aquilo que as pessoas efectivamente pensavam e o que diziam perante a entrevista verificou-se nalgumas conversas, facto que foi detectado e compensado principalmente através das observações directas do terreno e das relações sociais estabelecidas com os informantes-chave nos seus próprios contextos de vida quotidiana.

A pesquisa documental centrou-se fundamentalmente na análise e na exploração reflexiva de diversos trabalhos de cientistas sociais e da imprensa, nomeadamente os artigos relativos aos conflitos entre a maioria da população de Oleiros e a comunidade cigana aí instalada (Julho, Agosto e Setembro de 1996) publicados na imprensa local (*Jornal da Vila de Prado*), regional (*Vila Verdense*, *Barcelos Popular*, *Correio do Minho* e *Diário do Minho*) e nacional (*Público*, *Expresso*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*), bem como os relatos do *SOS Racismo* (2001). Neste período e noutros subsequentes, o uso de documentos revelou-se um importante contributo no acesso a informações não directamente observadas pelo investigador. Por outro lado, foi tido em conta que esses documentos, reportando-se a diferentes problemáticas, eram na maioria das vezes desajustados ao objectivo do estudo, mas mesmo assim forneceram importantes pistas e orientações na compreensão da realidade estudada.

A aplicação do inquérito por questionário dirigido às famílias das comunidades ciganas permitiu não só obter dados com rigor como também condensar, quantificar e sistematizar estes e outros dados já obtidos pelos métodos e técnicas anteriormente citados. Uma vez operacionalizados os conceitos, os múltiplos dados obtidos por inquérito por questionário permitiram uma quantificação, de modo a padronizar e organizar a imensa informação obtida, tendo sido tratada a mais relevante em função da problemática. Além do mais, possibilitou a elaboração de análises quantitativas, podendo beneficiar-se das novas tecnologias de informação na análise e no tratamento dos dados recolhidos, o que teve lugar através do Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).<sup>26</sup>

<sup>26</sup> A este respeito agradecemos o apoio suplementar prestado pelo Eng.º Salvador Lima do

Não obstante ter havido alguns poucos inquéritos preenchidos pelos próprios inquiridos, a esmagadora maioria foi, portanto, realizado por administração directa. Procedeu-se deste modo porque se considerou que, para uma larga maioria de inquiridos a modalidade de questionário auto-administrado, em que o próprio inquirido responde livremente às questões, ter-se-ia revelado ineficaz, uma vez que o questionário era longo e dalguma dificuldade de compreensão para uma população com níveis de escolaridade muito baixos, e mesmo com dificuldades em ler e compreender o que era pedido. Mesmo assim, certas questões que exigiam um maior conhecimento a nível de instituições, de direitos, de opiniões sobre outros países, ou um determinado nível de abstração, alguns inquiridos não conseguiram ou, eventualmente, não quiseram responder.

No questionário às famílias ciganas, este foi feito a um dos elementos de cada família, embora na presença e, por vezes, com a participação do cônjuge e doutros familiares, inclusive crianças – uma notável fonte de informação – totalizando 142 questionários. Fazer o questionário às famílias ciganas mostrou-se uma tarefa algo difícil, sobretudo no início pela desconfiança relativamente aos propósitos do questionário. Contudo, este obstáculo foi minimizado com outros métodos utilizados, nomeadamente a entrevista e a observação directa, apresentando-se, a nosso ver, como os mais eficazes para lidar com a população cigana. Noutros casos como, por exemplo, no bairro social de Atouguia, em Guimarães, tínhamos o registo do local e da casa onde morava cada uma das famílias ciganas, podendo, deste modo, dirigir-nos directamente às suas casas.

Ainda que no capítulo sobre espaço e comunidades serão apresentados dados mais específicos sobre cada uma delas, importa referir o envolvimento das colaboradoras/es no projecto: a recolha e tratamento de dados por Susana Silva no espaço geográfico rural delimitado de Oleiros, de Vila Verde, composto, de acordo com os Censos de 1991, por trezentos e noventa e quatro alojamentos familiares – dos quais apenas duzentos e setenta e nove de residência habitual –, tendo sido levados a cabo 28 inquéritos, ou seja, cerca de 10% dos alojamentos familiares de residência habitual.

Em contexto (semi)rural, nomeadamente no concelho de Barcelos, para além da aplicação de inquéritos, foi levado a cabo um trabalho de campo realizado pela Carla Sofia Cid em Barqueiros e, em espaço urbano, nas freguesias de Barcelos, Arcozelo e Barcelinhos, espaços estes que viriam a ser objecto de aplicação, por parte de Goreti Pinto, de 100 inquéritos e entrevistas a barcelenses sobre as suas percepções e representações acerca dos ciganos (e dos imigrantes africanos negros). Em Braga, em contexto suburbano e urbano,

Instituto Politécnico de Viana do Castelo e pelo técnico de informática Francisco Mendes, da Universidade do Minho.

verbal e não-verbal, a observação discreta do ambiente envolvente. Mais difícil foi obter autorização para a gravação das entrevistas. Do total dos entrevistados, foram gravadas apenas 6 entrevistas entre membros/famílias ciganas, tendo-se achado mais conveniente ou mesmo impossível obter gravações por os entrevistados assumirem posições mais reticentes ou defensivas ou simplesmente recusarem. O gravador, nomeadamente entre membros da etnia cigana, aparece como um objecto estranho e, logo, não deixa as pessoas à vontade, inibindo os entrevistados, conforme alguns alegaram.

Apesar de consideradas as vantagens da entrevista, temos também presentes as suas limitações, nomeadamente a possível distância que se cria entre o entrevistador e o entrevistado, podendo ser maior o risco de enviesamento de respostas por parte dos entrevistados. A distância entre aquilo que as pessoas efectivamente pensavam e o que diziam perante a entrevista verificou-se nalgumas conversas, facto que foi detectado e compensado principalmente através das observações directas do terreno e das relações sociais estabelecidas com os informantes-chave nos seus próprios contextos de vida quotidiana.

A pesquisa documental centrou-se fundamentalmente na análise e na exploração reflexiva de diversos trabalhos de cientistas sociais e da imprensa, nomeadamente os artigos relativos aos conflitos entre a maioria da população de Oleiros e a comunidade cigana aí instalada (Julho, Agosto e Setembro de 1996) publicados na imprensa local (*Jornal da Vila de Prado*), regional (*Vila Verdense, Barcelos Popular, Correio do Minho e Diário do Minho*) e nacional (*Público, Expresso, Jornal de Notícias e Diário de Notícias*), bem como os relatos do *SOS Racismo* (2001). Neste período e noutros subsequentes, o uso de documentos revelou-se um importante contributo no acesso a informações não directamente observadas pelo investigador. Por outro lado, foi tido em conta que esses documentos, reportando-se a diferentes problemáticas, eram na maioria das vezes desajustados ao objectivo do estudo, mas mesmo assim forneceram importantes pistas e orientações na compreensão da realidade estudada.

A aplicação do inquérito por questionário dirigido às famílias das comunidades ciganas permitiu não só obter dados com rigor como também condensar, quantificar e sistematizar estes e outros dados já obtidos pelos métodos e técnicas anteriormente citados. Uma vez operacionalizados os conceitos, os múltiplos dados obtidos por inquérito por questionário permitiram uma quantificação, de modo a padronizar e organizar a imensa informação obtida, tendo sido tratada a mais relevante em função da problemática. Além do mais, possibilitou a elaboração de análises quantitativas, podendo beneficiar-se das novas tecnologias de informação na análise e no tratamento dos dados recolhidos, o que teve lugar através do Programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).<sup>26</sup>

<sup>26</sup> A este respeito agradecemos o apoio suplementar prestado pelo Eng.º Salvador Lima do

Não obstante ter havido alguns poucos inquéritos preenchidos pelos próprios inquiridos, a esmagadora maioria foi, portanto, realizado por administração directa. Procedeu-se deste modo porque se considerou que, para uma larga maioria de inquiridos a modalidade de questionário auto-administrado, em que o próprio inquirido responde livremente às questões, ter-se-ia revelado ineficaz, uma vez que o questionário era longo e dalguma dificuldade de compreensão para uma população com níveis de escolaridade muito baixos, e mesmo com dificuldades em ler e compreender o que era pedido. Mesmo assim, certas questões que exigiam um maior conhecimento a nível de instituições, de direitos, de opiniões sobre outros países, ou um determinado nível de abstração, alguns inquiridos não conseguiram ou, eventualmente, não quiseram responder.

No questionário às famílias ciganas, este foi feito a um dos elementos de cada família, embora na presença e, por vezes, com a participação do cônjuge e doutros familiares, inclusive crianças – uma notável fonte de informação – totalizando 142 questionários. Fazer o questionário às famílias ciganas mostrou-se uma tarefa algo difícil, sobretudo no início pela desconfiança relativamente aos propósitos do questionário. Contudo, este obstáculo foi minimizado com outros métodos utilizados, nomeadamente a entrevista e a observação directa, apresentando-se, a nosso ver, como os mais eficazes para lidar com a população cigana. Noutros casos como, por exemplo, no bairro social de Atouguia, em Guimarães, tínhamos o registo do local e da casa onde morava cada uma das famílias ciganas, podendo, deste modo, dirigir-nos directamente às suas casas.

Ainda que no capítulo sobre espaço e comunidades serão apresentados dados mais específicos sobre cada uma delas, importa referir o envolvimento das colaboradoras/es no projecto: a recolha e tratamento de dados por Susana Silva no espaço geográfico rural delimitado de Oleiros, de Vila Verde, composto, de acordo com os Censos de 1991, por trezentos e noventa e quatro alojamentos familiares – dos quais apenas duzentos e setenta e nove de residência habitual –, tendo sido levados a cabo 28 inquéritos, ou seja, cerca de 10% dos alojamentos familiares de residência habitual.

Em contexto (semi)rural, nomeadamente no concelho de Barcelos, para além da aplicação de inquéritos, foi levado a cabo um trabalho de campo realizado pela Carla Sofia Cid em Barqueiros e, em espaço urbano, nas freguesias de Barcelos, Arcozelo e Barcelinhos, espaços estes que viriam a ser objecto de aplicação, por parte de Goreti Pinto, de 100 inquéritos e entrevistas a barcelenses sobre as suas percepções e representações acerca dos ciganos (e dos imigrantes africanos negros). Em Braga, em contexto suburbano e urbano,

Instituto Politécnico de Viana do Castelo e pelo técnico de informática Francisco Mendes, da Universidade do Minho.

além dos inquéritos aplicados, foram igualmente levados a cabo trabalhos de campo por parte de alunas finalistas estagiárias: a Carla Oliveira no bairro social das Enguardas, a Susana Barbosa no acampamento em S. Gregório, a Marta Barbosa no bairro do Picoto e, mais tarde, ainda que não enquadrado no projecto, Arlindo Borges que fez estágio no bairro social de Santa Tecla junto da *BragaHabit* – tendo sido estas estagiárias/o orientadas pelo investigador responsável deste projecto. Cabe ainda referir os dados recolhidos por Isabel Silva no Bairro Nogueira da Silva, um bairro não cigano mas confrontante, a partir de 1998, com o bairro exclusivamente cigano do Picoto, trabalho este orientado pela colega Engrácia Leandro.

Em Guimarães, é de destacar o trabalho realizado por Mariana Ramos que, para além do trabalho de recolha e implementação de inquéritos, realizou um continuado trabalho de campo no bairro social de Atouguia, onde foi possível traçar um retrato rico sobre as relações entre a maioria autóctone não cigana e a minoria cigana, sendo de relevar a parceria com a Associação *Sol do Ave* (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave), sob a orientação do investigador responsável e a orientação local da socióloga Maria José Afonso.

O bairro de Atouguia, onde se aplicaram dois inquéritos, um dirigido à população cigana, o outro dirigido à restante população, é habitado por cerca de 2000 moradores, um número demasiado amplo para abordar o universo na sua totalidade. Por isso, foi necessário proceder a uma selecção de respondentes. No caso dos indivíduos não ciganos, dirigimos o inquérito a 80 famílias. Relativamente aos ciganos, o facto de morarem no bairro 14 famílias ciganas no total levou-nos a abranger todo este conjunto, aplicando os 14 questionários. Esta amostra de 80 moradores foi distribuída pelos diferentes blocos. Uma vez que os blocos não tinham o mesmo número de moradores, procurou-se respeitar esse facto na aplicação dos inquéritos. Por isso, optou-se por, considerando o total de residentes, aplicar em cada bloco um número de questionários que tivessem em conta os habitantes neles residentes, aproximando-nos assim dos princípios consignados na amostragem por quotas. Para cada quota (cada bloco), os elementos foram escolhidos de acordo com a presença em casa e disponibilidade revelada aquando do contacto com a inquiridora.

Relativamente à elaboração e à implementação do questionário, tivemos algum cuidado em evitar que as perguntas influenciassem, de alguma forma, as respostas, utilizar linguagem simples, objectiva e clara em questões curtas, ordenamento das perguntas de modo a motivar os inquiridos. Mesmo assim, o inquérito exigia uma ‘tradução’ por parte da inquiridora pelo facto de a linguagem do inquérito nem sempre ser acessível a pessoas não escolarizadas como é o caso da maioria dos ciganos, o que acarretou algumas dificuldades ao nível do vocabulário, as quais foram em geral atalhadas por linguagem mais simples com esclarecimentos, explicações e ilustrações por parte das inquiridoras/es.

Quadro 1: Distribuição dos inquiridos por blocos

Bloco	Universo	Amostra
A	215	8
B	295	12
C	255	16
D	285	17
E	105	6
Rua H	270	10
Praça A	275	10
<b>Total</b>	2000	80

Fonte: Trabalho de campo, Bairro da Atouguia, Guimarães, 2003/04

Tendo como pano de fundo a problemática acima enunciada e equacionada, expostos os diversos métodos e técnicas de pesquisa, importa agora formular algumas hipóteses de trabalho, as quais foram testadas, primeiro em face do debate científico em torno das questões enunciadas e, em seguida, em confronto com os dados empíricos. Ou seja, a teoria mantém-se, no nosso entender, como a base e o posto de comando de qualquer investigação, tal como o referem Silva (1998) e, de modo sucinto, A.F Costa (1992:19): “*É com base nas teorias sociológicas que é possível elaborar programas de pesquisa para investigar determinados fenómenos sociais*”. Os dados empíricos poderão, por seu turno, ora infirmar, ora confirmar ou refinar certas teses no campo teórico. Por isso, com base no debate teórico e nos dados recolhidos, avançamos as seguintes hipóteses de trabalho:

H1 – Os ciganos, na sua maioria, embora (ainda) trabalhem por conta própria, sobretudo no sector distributivo e/ou na economia informal e subterrânea, encontram-se cada vez mais vulneráveis à concorrência dos mercados das grandes superfícies, detêm padrões de vida familiar, mundividências cultural-educativas e rituais específicos, apresentam modos de vida, representações sociais diferenciadas ou opostas face aos portugueses não ciganos, as quais são compreensíveis e explicáveis a partir das respectivas condições de vida a que acrescem a natureza e o grau de presença/ausência de outros factores nomeadamente de ordem étnico-cultural e organizacional-política.

H2 – Salvo uma minoria residual de portugueses não ciganos que, ao pertencerem a classes sociais desfavorecidas e por conviverem de perto com membros das comunidades ciganas, manifestam atitudes não discriminatórias ou mesmo relações de solidariedade com os ciganos, a grande parte de portugueses não ciganos moradores, nomeadamente nos espaços socio-espaciais dos concelhos de Barcelos, Braga e Guimarães, evidenciam preconceitos para

com os ciganos, verificando-se inclusive uma correlação, ainda que não linear nem em termos absolutos: enquanto o racismo flagrante predomina entre pessoas mais desprovidas, com menores níveis de escolaridade e em faixas etárias mais idosas, o racismo subtil ocorre mais entre pessoas com níveis de escolaridade mais elevado e em faixas etárias mais jovens.

H3 – A maioria dos portugueses não ciganos moradores em bairros próximos dos acampamentos ou a residir em bairros sociais com ciganos, mesmo quando pertençam a classes sociais desfavorecidas e com certa proximidade geo-social às da comunidade cigana, não convivem, de modo geral, entre si nem têm relações de sociabilidade próxima com imigrantes e muito menos com ciganos, sentem o seu bairro desclassificado pela presença destas minorias étnicas e desenvolvem representações sociais mais preconceituosas e atitudes racistas por motivos de concorrência e competitividade nas esferas económica, social, cultural, ao mesmo tempo que membros de instituições (para)estatais mantêm ou reforçam atitudes discriminatórias no quadro de um racismo institucional.

Uma vez recolhidos os dados, a fase seguinte da pesquisa consistiu em descrever as variáveis mais importantes, seja através dos seus valores de centralidade, seja através dos seus valores de dispersão ou heterogeneidade. Esta tarefa só pôde ser conseguida pela via da estatística aplicada aos dados recolhidos, com recurso ao SPSS a partir das respostas aos 142 inquéritos e que deram lugar a uma base de dados. A análise dos resultados, a partir de gráficos e tabelas, tornou-se mais clara e de fácil compreensão. Contudo, é preciso ter sempre em evidência que esta apresentação diversificada dos dados precisa ser acompanhada de uma, ainda que sucinta, reflexão teórica e respectiva interpretação dos dados.

Tendo presente o diversificado enquadramento teórico sobre o racismo e diversos eixos associados, já desenvolvidos no livro já referido (Silva e Sobral 2014), este segundo livro surge estruturado em 10 capítulos. Neste capítulo I, aqui exposto, fez-se uma introdução, equacionou-se o problema, sintetizou-se o estado da arte com um breve quadro teórico, reflectiu-se sobre as implicações do conceito e da realidade étnica em termos sociais e políticos para, por fim, resumir a estratégia de investigação que, combinando pressupostos de ordem compreensiva e explicativa na senda weberiana, resume a metodologia múltipla, a operacionalização e o percurso da pesquisa.

No capítulo II dá-se conta, sobretudo com base em fontes secundárias, das controversas origens (e lendas) do povo cigano, das suas movimentações e errâncias, numa palavra, da sua presença no mundo ao longo do tempo, com especial referência à Europa e com particular destaque para Portugal, nomeadamente à história da sua perseguição por parte do Estado desde o século XV até às políticas mais recentes.

No capítulo III, após uma breve reflexão entre espaço e comunidades à luz das diversas teorias clássicas, nomeadamente sobre as diversas formas

socio-espaciais de apropriação, exclusão e segregação das comunidades ciganas, são caracterizados, em termos socio-demográficos, os inquiridos da amostra no territórios locais e municipais dos diversos estudos de caso desta pesquisa no âmbito do distrito de Braga, assim como descritos os tipos de alojamentos (acampamentos e bairros sociais) e equipamentos domésticos possuídos nessas comunidades, sem deixar de salientar breves referências às relações e eventuais conflitos intrafamiliares.

Segue-se o capítulo IV, em que se destaca e analisa a centralidade da família como local de socialização e unidade de (re)produção, dando conta do número de filhos por casal, da importância da criança na socialização primária e da relação desta e do/a jovem face à escola no passado e, apesar das continuidades na reprodução das desigualdades educativas, as ligeiras mudanças no presente e a necessidade de intervenção futura em termos de discriminação positiva.

Dado que o processo de reprodução social tem lugar através da troca de pessoas e bens, o capítulo V evidencia a centralidade do casamento na comunidade e nas famílias ciganas, para o que são gizadas estratégias de acoplamento de jovens, adolescentes ou mesmo crianças, seguidas de rituais desde o namoro até à cerimónia do casamento com a prova pública de virgindade. Investem-se recursos para este acontecimento estratégico na família, trazendo igualmente à colação não só as modalidades e idades de casamento por sexo dos nubentes, a importância da fidelidade matrimonial até à morte, expresso no luto da mulher para além da morte do marido, como também as crenças e práticas da religiosidade cigana.

Ainda relativamente à relação entre trabalho e escolaridade, no capítulo VI é oferecido um retrato da economia das comunidades, ou seja, das principais actividades e rendimentos das famílias ciganas, fazendo a este respeito uma análise comparativa retrospectiva global das profissões ou actividades dos pais e das mães dos inquiridos/as, seguida duma análise mais específica sobre cada comunidade – acampamento ou bairro social. A relevância das actividades de subsistência era de tal ordem premente que as comunidades ciganas não valorizavam a escolaridade, cujos níveis eram muito baixos no que concerne os adultos e, mais ainda, na geração mais idosa, situações que ainda se repercutem, embora em menor medida, na geração mais nova.

Na actualidade, não obstante os rumores generalizados de que as comunidades ciganas são antros de tráfico de droga, o capítulo VII não deixa de assinalar casos de envolvimento de algumas famílias neste e noutros negócios, mas deixa bem claro que predominam nas famílias ciganas situações, percepções e (auto)representações de privação relativa e horizontes de baixas expectativas.

Sem implicar neste livro os dados decorrentes do inquérito realizado junto da maioria – os cidadãos portugueses não ciganos –, pelos resultados deste inquérito aos ciganos, das entrevistas e observação directa, são analisa-

das nos capítulos VIII e IX as relações inter-étnicas entre os ciganos e os não-ciganos, abordando aspectos como a etnicidade, o Estado e a acção política, as práticas e representações sociais face aos ciganos, em especial no que se relaciona com discriminações rácico-étnicas e outros modos de expressão do 'racismo quotidiano' para utilizar a expressão de Essed (2002). Para além da caracterização geral das relações interétnicas e do papel das instituições, nomeadamente estatais, são apresentados alguns casos de estudos específicos no concernente às (in)sociabilidades e tensões interétnicas, representações negativas e práticas discriminatórias nomeadamente em Oleiros em Vila Verde, em Barcelos, em Braga e em Guimarães.

Por fim, ainda no seguimento das representações e práticas discriminatórias, no capítulo X estas são focalizadas nas relações de vizinhança no bairro social da Atouguia em Guimarães, onde, a par de alguns esforços de coexistência e até de convivência interétnicas estimuladas de modo inovador pela Câmara Municipal, persistem e predominam processos de distanciamento, alheamento ou mesmo hostilidade às famílias ciganas, algumas das quais acabam por alimentar essas atitudes ao não ter em conta as regras da colectividade. Porém, esta experiência deveria ser acompanhada por instituições e profissionais para converter modos tensos de (in)sociabilidades em convivência interétnica positiva.